



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá  
Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau  
Comitê Orçamentário do Primeiro Grau

ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR REGIONAL DE PRIORIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU E COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DO PRIMEIRO GRAU.

I -- DATA, HORA E LOCAL DE REALIZAÇÃO: 04 de maio de 2018, às 8h30, na Sala de Reuniões da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá.

II - MODO DE CONVOCAÇÃO: Os ilustres juízes ELAYNE DA SILVA RAMOS CANTUÁRIA, ESCLEPIADES DE OLIVEIRA NETO e LIÉGE CRISTINA DE VASCONCELOS RAMOS GOMES foram convocados via malote digital e via e-mail pela Assessoria de Planejamento e Organização do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá. Os demais membros foram convocados via email pela Assessoria de Planejamento e Organização do TJAP, mediante convocação assinada pelo Presidente do Comitê.

III - PAUTA: 1) Aprovação da Ata da reunião anterior; 2) Captação de demandas ao Orçamento 2019; 3) O que ocorrer.

IV - QUÓRUM DE INSTALAÇÃO: Juiz Auxiliar da Presidência, JOÃO TEIXEIRA DE MATOS JUNIOR – Presidente do Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau e Comitê Orçamentário do Primeiro Grau; Juiz ESCLEPIADES DE OLIVEIRA NETO; as Juízas de Direito LIÉGE CRISTINA DE VASCONCELOS RAMOS GOMES e ELAYNE DA SILVA RAMOS CANTUÁRIA, representante da AMAAP, justificaram suas ausências; Servidores ANNE CHRYSTIANE DA SILVA MARQUES e NEY ARNALDO PARENTE, Representantes do SINJAP; MÁRCIO PANTOJA PACHECO; JEFF ESTEVAM DA COSTA



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá  
Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau  
Comitê Orçamentário do Primeiro Grau

COSTA. Registrada a presença do Servidor ROSYWAN CANTUÁRIA DA SILVA FERREIRA – Assessor de Planejamento e Organização.

V – DELIBERAÇÕES: 1) **Aprovação da Ata da última reunião realizada no dia 22.03.2018** – Colocada para aprovação, a Ata foi aprovada pelos presentes. 2) **Captação de demandas ao Orçamento 2019** – Com a palavra, o Juiz JOÃO TEIXEIRA DE MATOS JUNIOR, Presidente do Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau e Comitê Orçamentário do Primeiro Grau abriu a reunião cumprimentando os presentes e, em seguida, passou a palavra para o Assessor de Planejamento, ROSYWAN CANTUÁRIA, que iniciou falando sobre a reunião ocorrida entre os setores da área de planejamento e orçamento dos Poderes do Estado e técnicos da SEPLAN, no respeitante ao Orçamento/2019. Apresentou o Assessor de Planejamento e Organização que, os recursos relativos ao repasse do Governo do Estado ficarão em R\$ 333.245.504,00 (Trezentos e trinta e três milhões, duzentos e quarenta e cinco mil e quinhentos e quatro reais), estimando os Rendimentos de aplicações financeiras desses recursos em R\$ 805.869,00 (Oitocentos e cinco mil, oitocentos e sessenta e nove reais). Com relação ao Fundo de Manutenção e Reparelhamento da Justiça – FMRJ apresentou o valor estimado de R\$ 7.048.556,00 (Sete milhões e quarenta e oito mil e quinhentos e cinquenta e seis reais), com a seguinte previsão de Rendimentos de aplicações financeiras do Fundo: 186.725,00 (Cento e oitenta e seis mil e setecentos e vinte e cinco reais). Com relação aos recursos do Fundo de Apoio aos Juizados da Infância e Juventude do Estado do Amapá – FAJJ, o senhor ROSYWAN CANTUÁRIA informou que está previsto para o orçamento 2019, o valor de R\$ 1.048.344,00 (Um milhão e quarenta e mil e trezentos e quarenta e quatro reais), com estimativa de R\$ 264.363,00 (Duzentos e sessenta e quatro mil e trezentos e sessenta e três reais), relativos aos Rendimentos de aplicações financeiras do FAJJ. Em seguida, esclareceu que a construção da proposta orçamento do TJAP deve ser a partir dos subsídios dos demandantes, a saber, os Departamentos; dentro



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá  
Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau  
Comitê Orçamentário do Primeiro Grau

do prazo para a elaboração da proposta a ser enviada ao Executivo, que começou no mês de março com a informação da receita; Consolidação das necessidades dos Demandantes; Reuniões dos Comitês, e fechamento da proposta orçamentária até o final de agosto, quando é encaminhada ao GEA. A proposta orçamentária deve ser elaborada de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a garantir as bases orçamentárias para 2019, que serão destinadas a cada Órgão do Estado. Cumprido esse ciclo de consolidação das propostas dos Poderes, ocorre a publicação da Lei Orçamentária Anual (LOA), nos primeiros dias do ano subsequente, base para a execução do orçamento. Sobre esse aspecto, ROSYWAN CANTUÁRIA ressaltou que o Comitê Gestor Fiscal, na definição do Orçamento do TJAP, para 2019, utilizou a metodologia de manter o crescimento vegetativo da folha de pagamento, com lastro no IPCA; e mais 10 milhões conseguidos pelo Presidente no Fórum técnico, para atender a demanda dos concursados, com prazo a encerrar em abril ou maio do próximo ano. Dentre os questionamentos, um dos quais, formulado pelo Juiz ESCLEPIADES NETO, o Assessor de Planejamento esclareceu existir um painel de controle, onde se tem uma visão geral, a partir de indicadores que atentam para o acompanhamento, em especial das grandes despesas, dentre elas, pagamento da Folha, onde foi previsto para este ano o valor de R\$ 180 milhões. Havendo sinalização dos indicadores para vermelho é sinal de que se precisa fazer gestão para equacionar o disparate. Um dos exemplos diz respeito ao pagamento com diárias. Mantendo-se verde, a execução da folha segue seu curso previsto. Falou-se, ainda, sobre o acompanhamento da execução orçamentária, a partir do QDD e dos projetos por centro de custo, de cada demanda pautada no planejamento. Em cima dessa abordagem, o Juiz JOÃO MATOS esclareceu que, em cima da realidade da criação de Unidades, criação de cargos, equalização de servidores, adesão de Juízes, tudo isso tem impacto direto ao Orçamento do Tribunal, e são demandas a serem travadas nos próximos meses pelo Comitê de Orçamento. Na ocasião, o Juiz ESCLEPIADES NETO disse que, em conversa com juízes da área de Família, foi manifestada a vontade da criação de uma



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá  
Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau  
Comitê Orçamentário do Primeiro Grau

Vara de Proteção ao Idoso, e que o Comitê de Gestão de Pessoas deve pleitear a criação. Sobre essa questão, o Presidente do Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau e Comitê Orçamentário do Primeiro Grau, Juiz JOÃO MATOS, esclareceu que tal demanda já foi suscitada nos idos de 2015. Contudo, feito levantamento, não se vislumbrou elementos necessários (demandas) que justificassem a criação dessa Unidade. No prosseguimento, o Assessor de Planejamento, ROSYWAN CANTUÁRIA falou das ações judiciais – de Magistrados e Servidores - que impactam e devem estar à luz Orçamento institucional; parcelas de pagamentos que envolvem Amprev e Imposto de Renda, que somando as parcelas deste ano, já se encontram na casa dos 15 milhões de reais. Outra despesa que impacta, diz respeito à transposição, na medida em que vai gerar indenizações, tais como: férias, licença prêmio e outras, aos que serão removidos. Falou-se ainda sobre a infra-estrutura, coma realização de reformas, aquisição de móveis, etc. São demandas que devem chegar ao conhecimento do Comitê e que, no devido momento, serão analisados, dentre elas a troca do terreno da prefeitura ao lado do TJAP com terrenos pertencentes ao Judiciário; pleitos da AMAAP e SINJAP. No tocante a posição do SINJAP, quanto à chamada dos concursados, a representante da classe, ANNE CHRYSTIANE, foi categórica ao afirmar que, em respeito à Resolução 219/CNJ, o mais interessante é que haja o processo de remoção, antes de chamar os concursos. Feito isso, havendo vacância nas Unidades onde ocorreu remoção de servidores, pode-se chamar os novos para o devido preenchimento. Aproveitando o gancho, os participantes discutiram a questão de desempenho dos servidores do quadro e o desempenho da mão de obra cedida. Para MÁRCIO PANTOJA, é uma questão sensível, visto que no Judiciário, ainda que servidores cedidos sejam mais baratos, a qualificação dos servidores do quadro ainda é imperativo para o desempenho das funções que exercem, visto tratar-se de áreas extremamente técnicas. Retomando a apresentação como parte conclusiva, ROSYWAN CANTUÁRIA apresentou o cronograma das ações do Comitê, já em

execução, como o encaminhamento da Proposta ao Executivo; Inserção de



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado do Amapá  
Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau  
Comitê Orçamentário do Primeiro Grau

informações pelo DESIS; Reuniões de gestão com os Departamentos; Apreciação da Proposta pelo Pleno e encaminhamento ao Executivo. Ainda em relação ao Orçamento, o Diretor Geral, GLÁUCIO MACIEL, falou para conhecimento do Comitê, que p Comitê Gestor Orçamentário estadual aprimorou a metodologia utilizada na LDO/2018, para construção do Orçamento/2019, que consiste em definir os limites orçamentários dos Poderes; com base no crescimento vegetativo da Folha e do IPCA do ano anterior. Feito o esclarecimento, o Juiz ESCLEPIADES NETO pediu para constar em ata, que vai defender a realização de 2 a 4 cursos de segurança para magistrados. MÁRCIO PANTOJA pediu para constar em ata a necessidade da discussão que envolve a disparidade entre Magistrados e Servidores em relação ao adicional de férias (2/3 para Magistrados e 1/3 para Servidores) e como implementar gradativamente. Finalizado o item sobre proposta de Captação de Demandas. A Assessoria de Planejamento formalizou que os representantes das categorias presentes apresentassem na próxima reunião, propostas pontuais como, data base, progressão, promoção ao Orçamento do Tribunal de Justiça. Em atenção à administração dos recursos do FAJJ, cuja discussão não constou em pauta, MÁRCIO PANTOJA declinou, na oportunidade, que a administração do Fundo ficasse sob a responsabilidade do CEIJ, tendo sua devida desvinculação da receita, ou definitiva ou temporária. A razão disse é que, em razão da dificuldade orçamentária, o Tribunal não pode manter do jeito que está. Tendo o dinheiro, não pode ser utilizado. O Juiz JOÃO MATOS ressaltou que é fundamental amadurecer a discussão ou votar a forma como já se encontra. **3) – O que ocorrer.** Não houve manifestação por parte dos presentes.

**VI – ENCERRAMENTO:** - Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião. Esta ata depois de lida e aprovada foi assinada por todos os presentes.  
Macapá-AP, 04 de maio de 2018.



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá  
Comitê Gestor Regional de Priorização do Primeiro Grau  
Comitê Orçamentário do Primeiro Grau

Juiz Auxiliar da Presidência João Teixeira de Matos Junior  
Presidente do Comitê Gestor Regional e Comitê Orçamentário de Priorização do  
Primeiro Grau

Juiz de Direito Esclerados de Oliveira Neto  
Membro Titular

Anne Chrystiane da Silva Marques,  
Membro Titular/SINJAP

Ney Arnaldo Parente

Membro SINJAP/Suplente

Márcio Pantoja Pacheco

Membro Titular

Jeff Estevam da Costa Costa

Membro Titular

Rosywan Carolina da Silva Ferreira

Assessor de Planejamento e Organização